

A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu Governo no Estado.

Gunter Axt¹

Como Getúlio Vargas apareceu no cenário político do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e qual foi, para o Estado, o sentido político de seu Governo, entre 1928 e 1930? Pretendemos, aqui, resumidamente, oferecer alguns elementos à reflexão dos colegas, contribuindo para a resposta a estas perguntas situadas na raiz do fenômeno histórico “Getúlio Vargas”.

O personagem Getúlio precisa ser compreendido no contexto das relações de poder patrimonialistas, do Império brasileiro, e coronelistas, da Primeira República. Getúlio era filho do Coronel da Guarda Nacional Manuel do Nascimento Vargas, estancieiro em São Borja, cidade na remota fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, cuja economia assentava-se essencialmente na criação extensiva de gado. Manuel Vargas lutara na Guerra do Paraguai, passando de cabo a Tenente-Coronel do Exército Nacional, do qual se desligou para se estabelecer em São Borja após o término do conflito. No final do Império, Manuel aderiu ao Partido Republicano. Enfrentou os maragatos na Revolução de 1893-95, quando os republicanos castilhistas foram os grandes vencedores. Entre 1907 e 1911, foi Intendente Municipal, sendo substituído no posto pelo filho mais velho, Viriato.

A ascensão política dos Vargas está relacionada à crise de hegemonia que sacudiu o Partido Republicano Riograndense (PRR) após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903. Em 1897, pretendendo alçar-se em candidato à sucessão presidencial do País, Castilhos ungira o Desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros à Presidência do Estado, mantendo, contudo, o controle da chefia do PRR. No Governo do Estado, Borges comportara-se como um secretário de Júlio de Castilhos. Esta disciplinada fidelidade lhe valera indicação para a reeleição, em 1902. Após a morte prematura do líder, entretanto, Borges pretendeu enfeixar a administração do Governo e o comando do Partido. A pretensão foi repelida por

outras lideranças. Do impasse brotou o clima de cisão que culminou com a tensa campanha eleitoral para a presidência estadual em 1907, quando Borges precisou declinar de sua candidatura própria, indicando em seu lugar Carlos Barbosa Gonçalves para a missão de enfrentar o dissidente Fernando Abbott. Republicano histórico e médico de São Gabriel, Abbott contou com o apoio de uma parcela do PRR, bem como de membros da oposição federalista, que continuava sendo alijada da política e permanecia recolhida desde a derrota na Revolução de 1893. Em muitos municípios do Estado, portanto, Borges de Medeiros precisou enfrentar o seu próprio partido em aliança com estratos da aguerrida oposição. Para impor a vitória de Carlos Barbosa sobre Abbott e para consolidar o seu predomínio no partido, pavimentando o seu regresso ao comando da administração pública em 1913, Borges de Medeiros se valeu da estrutura jurídica autoritária, consubstanciada na Constituição de 1891, para intervir em muitos municípios. Entre 1903 e 1908, inúmeros comandos locais foram substituídos por facções do PRR leais à rede de compromissos borgiana. Estas substituições não se deram sem conflitos.

A partir daí, Borges de Medeiros registrou uma convivência tensa com os poderes locais, que oscilava da cooperação e da cooptação ao confronto desabrido. Dispunha de instrumentos poderosos para intervir na política municipal, entre os quais uma polícia militar bem estruturada, um razoável controle sobre as decisões do Judiciário e sobre a atuação do Ministério Público, o aparelhamento da Assembléia dos Representantes (que autorizava, por exemplo, pedidos de empréstimos das administrações municipais), um significativo controle sobre o Partido dominante e a chance de decretar a anulação de eleições municipais. Ainda assim, enfrentou graves dissidências e a insubordinação de lideranças locais ou de distritos municipais. De fato, em que pese a estrutura jurídica e institucional autoritária a serviço do Governo, o estado não dispunha de uma burocracia sólida e eficaz capaz de fiscalizar a sociedade civil. As eleições, por exemplo, dependiam sistematicamente do concurso do poder privado para se

¹ Mestre em História pela UFRGS; Doutor em História Social pela USP; consultor do Memorial do Judiciário do RS e do Memorial do MP-RS.

realizarem. Além disso, Borges não podia eternizar a figura dos interventores nos municípios, pois a excessiva desmobilização das bases locais poderia enfraquecer a arregimentação do Partido para o enfrentamento dos pleitos federais e, inclusive, abrir espaço para um certo avanço da oposição. Ainda que a fraude e a degola, praticada nas comissões de apuração nos Parlamentos, pudessem ajustar resultados indesejáveis, a corrosão da imagem de consenso e de disciplina partidária podia contribuir para diluir a eficácia simbólica do poder e potencializar cisões intestinas no coração do Partido hegemônico.

Os Vargas, portanto, muito embora tenham aderido ao PRR desde os seus primórdios, têm sua ascensão política ligada à recomposição de forças articulada por Borges de Medeiros para enfrentar a cisão de 1906-7. A distinção é importante, porque sinaliza para uma ruptura entre os Vargas e os comandos originalmente leais a Castilhos em São Borja.

Enquanto o Coronel Manuel Vargas substituíra os Mariense na Intendência de São Borja e na direção municipal do PRR, Getúlio, formando da Faculdade de Direito de Porto Alegre, na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, peregrinava pela zona de colonização ítalo-germânica, em companhia do colega João Neves da Fontoura, reforçando a propaganda governamental. Os jovens Getúlio e João Neves perseguiram a trilha de Fernando Abbott e seus correligionários, tentando evitar que alguma liderança local se desgarrasse e apoiasse a dissidência. Em Porto Alegre, João Neves liderou a formação do Bloco Acadêmico, que entrou na campanha em favor do Governo. Os estudantes passaram a editar um jornal com o mesmo fim. A campanha, portanto, ofereceu a Getúlio uma oportunidade de afirmar a lealdade a Borges de Medeiros e de iniciar a sua carreira política.

Getúlio foi premiado com uma nomeação para Promotor Público da Capital. Desligou-se alguns meses depois da função para dedicar-se à campanha para uma vaga na Assembléia dos Representantes do Estado, pois recebera indicação do Presidente do PRR, Borges de Medeiros, para integrar a chapa oficial. Pacificado o Partido, Getúlio foi tranqüilamente eleito, em março de 1909. A Assembléia estadual, conforme a Constituição de 1891, não passava de um

conselho honorífico cuja atribuição prática era a homologação da peça orçamentária e a legitimação do governo, vez que fora completamente esvaziada de suas atribuições legislativas. Nessa época, sequer havia representação da oposição.

Em 1913, Getúlio foi reeleito com a mesma tranquilidade, mas renunciou logo em seguida ao mandato, em protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros na política da cidade de Cachoeira do Sul. Com efeito, disputas em torno de interesses privados e em torno do andamento de processos judiciais haviam enfraquecido naquele município o Coronel Isidoro Neves da Fontoura, pai de João Neves. Assim como Manuel Vargas, o Coronel Isidoro ascendera ao comando local durante a crise de hegemonia de 1903 a 1907, graças ao apoio recebido de Borges de Medeiros. Abriu, contudo, dissidência com o chefe do Partido por conta da indicação oficial para a composição da chapa republicana para a Assembléia de um desafeto dos Fontoura. Insurgindo-se contra a decisão de Borges, o Coronel Isidoro recorreu à fraude, furando a chapa oficial ao distribuir cédulas eleitorais que suprimiam o nome de seu adversário. Como medida disciplinar, Borges de Medeiros obrigou Isidoro Neves, candidato eleito, a renunciar, empossando seu adversário. Em solidariedade ao amigo João Neves, Getúlio decidiu também renunciar.

Como retaliação à insubordinação de Getúlio Vargas, Borges de Medeiros passou a estimular a disputa pelo poder local em São Borja, entre os Vargas e um grupo liderado por Benjamim Torres e Rafael Escobar. Borges de Medeiros valia-se agora contra os Vargas da mesma estratégia que usara anteriormente para fortalecê-los. A administração do Intendente Viriato Vargas, chegou a estar em 1913 ameaçada por um inquérito, formado a partir de denúncias da dissidência local, conduzido sob o comando do Procurador-Geral de Justiça, cujo cargo era de livre indicação do Presidente do Estado. A tensão política atingiu o ápice com o assassinato do médico Benjamim Torres, em março de 1915. As suspeitas recaíram sobre Viriato Vargas, a quem um dos capangas capturados pela polícia acusou de ser o mandante intelectual do crime. Denunciado pelo Ministério Público, Viriato homiziou-se na Argentina.

Diante da fragilização do poder local dos Vargas, a composição foi novamente conveniente a Borges de Medeiros, a quem a família passou a dever a sua sobrevivência política e, inclusive, econômica. Na dinâmica coronelista do Rio Grande do Sul, em que o estado podia controlar meios importantes, tais como a distribuição de cargos públicos, a liberação de créditos pelos bancos privados ou o resultado dos processos judiciais, o custo de ser oposição podia ser muito elevado. Jamais podemos esquecer, além disso, que o sucesso econômico dos empreendedores na fronteira estava estreitamente ligado ao monopólio do controle sobre o contrabando, especialmente de gado em pé, derivados e de charque, com os Países do Prata. A política de combate ao contrabando passava pelo controle de meios estatais e, nessa época, os Vargas era aliados dos Flores da Cunha, de Livramento, numa disputa com o Coronel João Francisco Pereira de Souza, conhecido como a Hiena do Cati, pelo controle político da fronteira.

Enquanto o processo judicial contra Viriato tramitava, pesando como espada de Dâmocles sobre a cabeça dos Vargas, Borges de Medeiros permitiu que o Coronel Manuel permanecesse na chefia local do Partido. Interferindo diretamente nas decisões do Judiciário, Borges acordou ainda com os Vargas o desaforamento do processo contra Viriato. O desaforamento de processos era prática comum na jurisprudência brasileira da época. Todavia, quando a situação política local voltou a ser favorável aos Vargas, o Judiciário permitiu o *reaforamento* do processo em São Borja, o que se constituiu em jurisprudência peculiar. Viriato terminou sendo inocentado pelo Tribunal do Júri.

Entretantes, Getúlio cuidou de se reaproximar de Borges de Medeiros. A situação favorável se apresentou durante nova crise de hegemonia que sacudiu o PRR, entre 1915 e 1916, por conta da indicação pelo Senador Pinheiro Machado da candidatura de Hermes da Fonseca para concorrer à vaga senatorial em lugar de Ramiro Barcellos. Preterido, Ramiro Barcellos arrastou para a dissidência diversos correligionários em algumas cidades. Em julho de 1915, uma manifestação de estudantes em Porto Alegre contra a candidatura Hermes e contra a política de Pinheiro Machado foi violentamente reprimida pela Polícia Militar, com saldo de nove mortos, desgastando sobremaneira o Governo.

Enfraquecido, Borges de Medeiros, que desde 1913 agia com considerável margem de autonomia em relação aos poderes locais, recorreu novamente ao apoio de seus aliados. A situação política de Borges de Medeiros melhorou depois do desaparecimento do Senador Pinheiro Machado, assassinado em setembro de 1915. As seqüelas da cisão, porém, repercutiram nas eleições municipais e estaduais de 1916, exigindo atenção redobrada do chefe do PRR.

Os Vargas, pressionados pelo processo judicial em curso, mantiveram-se fiéis ao Governo. Em retribuição, Getúlio foi incluído na lista de candidatos à Assembléia dos Representantes, assumindo o mandato em 1917. Prestigiado por Borges de Medeiros, Vargas se valeu de sua extraordinária capacidade intelectual e oratória para se converter em liderança informal do Governo numa Assembléia que agora contava com uma renhida minoria, representada em três cadeiras. Ainda que o PRR contasse com esmagadora maioria nesse parlamento destituído de atribuições legislativas, havia a guerra simbólica a ser ganha e o governo precisava reafirmar constantemente a sua legitimidade conceitual. A oposição não perdia oportunidades de denunciar a violação das formas republicanas e o curso de uma ditadura no Rio Grande do Sul, argumentos que sempre podiam sensibilizar o Congresso Nacional ou a Presidência da República, motivando-os a exigir uma reforma de artigos considerados inconstitucionais da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891.

Na Assembléia, Vargas foi especialmente eficaz na justificativa ao recurso do governo estadual ao crédito, especialmente a partir de 1920, vez que até então qualquer forma de endividamento público era criticada pelo discurso castilhistas original. Da mesma forma, o intervencionismo do estado na economia, até há pouco era repellido pelo liberalismo positivista que informava a doutrina castilhistas, foi defendido por Vargas em Plenário.

Em face desse desempenho, a reeleição de Vargas à Assembléia foi assegurada com facilidade em 1921. Fiel à orientação partidária, Vargas acompanhou Borges de Medeiros na aventura da chamada *Reação Republicana*, entre fins de 1921 e inícios de 1922, quando as máquinas partidárias do Rio

Grande do Sul, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco tentaram derrotar a candidatura de Arthur Bernardes, articulada por Minas Gerais e São Paulo, à Presidência da República. A vitória de Bernardes nas eleições de março de 1922 isolou o borgismo. À situação política desfavorável em nível nacional somou-se uma dramática crise financeira e econômica em nível regional, que fora em grande parte consequência direta da política intervencionista do Governo Estadual, dando início a terceira grave crise de hegemonia do borgismo.

Procurando, ao mesmo tempo, escapar do recurso ao endividamento externo, que poderia contribuir para tornar o Estado mais dependente dos favores da União, e aproveitar o saldo acumulado nas instituições financeiras regionais em decorrência da retração de importações imposta pela conjuntura criada pela Guerra Mundial, Borges de Medeiros lançou mão de empréstimos aos bancos locais para financiar as encapações da ferrovia e do porto de Rio Grande em 1919 e em 1920. Esta operação trouxe por consequência um drástico enxugamento do meio circulante regional, o qual se agravou ainda com a retomada da demanda de importações em 1920, com a inflação do período e com o aumento da especulação com moedas estrangeiras. A falta de numerário passou a inviabilizar até mesmo o financiamento das exportações estaduais e detonou a cobrança pelos bancos de hipotecas de estancieiros. Esse quadro desanimador foi agravado pelo aumento vertiginoso das tarifas públicas do setor de transportes, agora administrado pelo governo, contrariando o discurso oficial justificador das encapações. De fato, para constranger as empresas arrendatárias dos serviços, Borges de Medeiros pressionara por uma política de achatamento das tarifas. Ao assumir, porém, a administração direta das estradas de ferro, precisou enfrentar o enorme déficit operacional, aumentando as tarifas. Tornaram-se, então, evidentes as contradições do discurso governista, que defendia as encapações como forma de incentivar o crescimento econômico.

A crise econômica regional, que atingiu duramente a elite criadora de gado, e o desgaste de Borges de Medeiros no plano nacional, criaram o caldo necessário para o surgimento da candidatura de oposição, encabeçada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, nas eleições para o Governo Estadual de

1922. Assis Brasil, republicano histórico que dissentira de Júlio de Castilhos já em fins de 1890, recebeu também o apoio de parte expressiva do movimento estudantil e do movimento operário, o qual fora duramente reprimido por Borges de Medeiros em 1919.

Desferido o pleito estadual em 25 de novembro de 1922, em meio a rumores de um levante armado contra Borges de Medeiros e denúncias de fraudes de ambos os lados, Getúlio Vargas, que devia solidariedade a Borges de Medeiros em função do processo judicial contra o irmão Viriato e se destacara na condição de líder informal do Governo no Parlamento, foi designado presidente da Comissão de Constituição e Poderes da Assembléia dos Representantes. Não havendo ainda Justiça Eleitoral no Brasil, a apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos eram realizados, como se sabe, por comissões parlamentares como esta. A Comissão foi ainda constituída pelos Deputados governistas Ariosto Pinto e José Vasconcellos, ambos da confiança direta de Borges de Medeiros. Segundo o testemunho de José Antônio Flores da Cunha, constatando a impossibilidade da reeleição do Presidente do Estado, já que não teria se atingido a exigência constitucional de maioria de $\frac{3}{4}$ dos votos, a Comissão foi instada por Borges de Medeiros a proceder à alquimia eleitoral, forjando resultados. A tese parece razoável, se verificarmos nos Anais da Assembléia o conjunto de urnas cujos votos foram anulados ou validados pelo trabalho da Comissão. Destarte, em 17 de janeiro de 1923, a Comissão formalizou a vitória de Borges de Medeiros por 106.360 votos a 32.216, obtidos por Assis Brasil.

Ainda em janeiro, o inconformismo da oposição assisista e federalista produziu uma cadeia insurrecional que desaguou na Revolução de 1923. Em face dessa violenta crise de hegemonia, Borges de Medeiros precisou do apoio de todos os seus antigos aliados, o que lhe obrigou a compor novamente com as lideranças e famílias do interior que haviam dissentido com ele entre 1913 e 1920. Além dos Vargas, Borges reconciliou-se prudentemente, entre outros, com os Aranha, os Neves da Fontoura, os Flores da Cunha e com Vazulmiro Dutra. Como resultado, o Partido Republicano afirmou-se novamente em face da chefia unipessoal de Borges de Medeiros. Em outubro de 1923, o Partido organizou uma

convenção, evento que não se realizava desde os tempos da propaganda republicana ainda sob o regime imperial. Na oportunidade, reafirmou o apoio a permanência de Borges de Medeiros no poder, mas indicou, sutilmente, que não mais se submeteria às intervenções unilaterais de chefe. A guerra civil terminou em dezembro de 1923 com a assinatura do Tratado de Pedras Altas. Mediado pelo Exército Nacional e pela Presidência da República, o Tratado garantiu a permanência de Borges no poder até o final do mandato que se iniciara em janeiro, mas determinou uma reforma constitucional que, entre outras coisas, garantiu a anistia aos rebelados, eliminou o instituto da reeleição, limitou as intervenções do Executivo Estadual nos municípios e determinou que o Vice-presidente do Estado fosse também eleito e não mais nomeado ao livre talante do Presidente. Assim, muito embora Borges obtivesse a garantia de conclusão do mandato presidencial, a reforma constitucional e a rearticulação do Partido Republicano constrangeram o poder da rede de compromissos borgiana. Com efeito, a influência política de Borges de Medeiros entrou em declínio a partir de 1923. Em compensação, fortaleceram-se as lideranças republicanas no interior e, por sua vez, cresceu o partido de oposição, como evidenciaram claramente as eleições proporcionais federais de 1924, quando aumentou em várias cidades do Estado o sufrágio ao Partido Libertador.

Durante a campanha assisista, Getúlio Vargas recebeu por decreto governamental a patente de tenente-coronel de Brigada e assumiu o comando do 7º Corpo Auxiliar, de São Borja, tropa composta de civis recrutados provisoriamente para enfrentar o inimigo rebelado. Não chegou, entretanto, a entrar em batalha, pois rumou para o Rio de Janeiro, onde assumiu uma cadeira na Câmara Federal e desempenhou a importante função de trabalhar para evitar a intervenção federal no Rio Grande do Sul, advogada pelos líderes insurretos. Nessa quadra, Vargas ampliou seus contatos com representantes de outros Estados, sobretudo de São Paulo, com os quais, a exceção do período da *Reação Republicana*, o republicanismo gaúcho mantinha uma aliança histórica e estratégica, desde os tempos da propaganda antimonárquica e de Júlio de Castilhos.

Reeleito Deputado Federal em 1924, Vargas assumiu a liderança da bancada gaúcha na Câmara, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao borgismo entre 1922 e 1923. Em 1925, Vargas destacou-se ao integrar a Comissão Parlamentar encarregada de avaliar a reforma da Constituição Federal de 1891. As revoltas tenentistas que se sucediam no País desde 1922 e as dificuldades operacionais do modelo federativo brasileiro indicaram à elite política a necessidade de uma reforma institucional. O resultado alcançado pelos esforços constituintes, entretanto, foi tívio, pouco se alterando a estrutura legal e constitucional do País, muito embora a União tenha recebido maiores poderes para intervir nos Estados.

O protagonismo de Vargas na liderança da bancada gaúcha e nas negociações atinentes à reforma constitucional qualificaram-no para ocupar uma vaga na prestigiosa Comissão de Finanças da Câmara, em maio de 1926. Sendo o Deputado gaúcho com mais visibilidade no Congresso, Vargas foi convidado em outubro pelo recém-eleito Presidente Washington Luiz para assumir o Ministério da Fazenda. Washington Luiz tinha dentre suas prioridades a pacificação da política oligárquica, a implementação de um plano de estabilização financeira e uma reforma monetária, objetivos para os quais precisava compor um Governo de coalizão. A destinação do Ministério da Fazenda ao Rio Grande do Sul era uma forma de prestigiar o Estado sulino e de estreitar os laços que uniam São Paulo e o Rio Grande em torno da política econômica. Borges de Medeiros, contudo, mostrou-se contrariado com a indicação, como registra uma correspondência trocada entre o chefe gaúcho e Getúlio Vargas, que se encontra preservada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros, que conservava a chefia do PRR, de olho na sucessão estadual de 1927, propôs o nome do Deputado Simões Lopes para a Pasta da Agricultura. A precipitação dos acontecimentos no Rio de Janeiro e a tardia comunicação do convite a Borges de Medeiros obrigaram-no a aceitar a indicação de Getúlio para o Ministério da Fazenda como um fato consumado.

Sendo o único gaúcho a integrar o Ministério Federal, Getúlio converteu-se no candidato natural à sucessão estadual de 1927. Sua candidatura, juntamente

com a de João Neves da Fontoura na condição de Vice, terminou sendo lançada por Borges de Medeiros em agosto de 1927 e foi aprovada por aclamação na convenção partidária de outubro. O nome de Getúlio Vargas, com efeito, contava com excelente aceitação nas hostes partidárias que haviam se fortalecido durante a Revolução de 1923. Por outro lado, a oposição libertadora recebeu favoravelmente a troca do comando político, pois entendia que com o afastamento de Borges de Medeiros estaria aberto o terreno para o entendimento.

Vargas e João Neves assumiram o Governo do Estado em 25 de janeiro de 1928. Embora procurassem manter sempre respeitosa observância às diretrizes firmadas pela chefia de Borges de Medeiros, sublinharam desde o início sua autonomia política. De fato, Borges não conseguiu emplacar o secretariado que teria indicado e Getúlio Vargas nomeou o jovem Oswaldo Aranha para a Secretaria do Interior e Justiça, a Pasta política do Governo Estadual, bem como o seu cunhado, Florêncio de Abreu, para a Chefia de Polícia.

Vargas procurou imprimir desde o início uma imagem de dinamismo, desengavetando antigos projetos, propondo novos e enfrentando a grave crise financeira legada pelo borgismo. Convocou extraordinariamente a Assembléia e pediu autorização para um empréstimo de 42 milhões de dólares. Era o maior empréstimo externo contratado pelo Rio Grande do Sul em toda a sua história e consolidava a proeminência do capitalismo norte-americano sobre os investimentos estrangeiros no Estado. A conjuntura era favorável, pois o Brasil recuperara credibilidade em virtude do programa de estabilização financeira de Washington Luiz, que fora implementado por Vargas durante sua estada no Ministério da Fazenda, e havia disponibilidade de capitais no mercado internacional, especialmente nos Estados Unidos. O empréstimo foi realizado ao juro de 6% e com prazo de amortização de 40 anos, em condições, portanto, bem melhores do que aquelas tratadas por Borges de Medeiros nos empréstimos anteriores. Pela primeira vez, uma operação creditícia não vinculou rendas dos impostos estaduais como garantia de juros, indicando que o estado usufruía uma condição estrutural diferenciada. Com efeito, em decorrência das encampações de

1919 e 1920, o estado patrimonializara-se e dispunha agora de bens que operavam como garantias naturais aos empréstimos externos.

Os valores reunidos destinaram-se, fundamentalmente, ao resgate da dívida flutuante, à conversão da dívida interna e externa e à criação de um banco de crédito hipotecário. Borges de Medeiros legara a Getúlio Vargas uma situação financeira angustiante. Muito embora os orçamentos estaduais acusassem saldos sucessivos, na prática a conta devedora do estado junto às instituições bancárias regionais crescia assustadoramente, constituindo uma dívida ruim, de curto prazo e cujo serviço de juros era elevadíssimo. Além disso, era grande o número de apólices, notas promissórias e títulos públicos que abarrotavam o mercado e vinham tendo seu valor depreciado. Este endividamento decorria dos custos intrínsecos às encampações do porto e da ferrovia e fora, ainda, catapultado pelas despesas extraordinárias do Governo destinadas ao enfrentamento militar da Revolução de 1923. Em 1927, o estado estava a beira da insolvência. Os pagamentos dos fornecedores atrasavam e o Poder Público não garantia mais os depósitos populares, poupanças individuais depositadas em instituições privadas e cujo rendimento era garantido pelo governo. Os poupadores não tinham mais liquidez e seus investimentos eram convertidos em cadernetas, trocadas no comércio com deságio. O comércio, entorpecido pelas cadernetas, apólices e promissórias, que funcionavam na prática como uma moeda paralela, experimentava uma inflação regionalizada e o custo de vida disparava. Por fim, o direcionamento do encaixe bancário para as necessidades da dívida pública determinava a escassez de recursos para o financiamento da produção, tornando o crédito especialmente caro. Portanto, a operação financeira realizada por Vargas destinou-se a consolidar uma dívida pública que sufocava o governo e a produção, resgatando a capacidade de investimento do próprio setor privado e evitando uma iminente cadeia de falências.

Esta política foi complementada com a criação do banco estadual de crédito hipotecário, em junho de 1928, atendendo a uma reivindicação antiga dos pecuaristas sul-rio-grandenses por crédito mais amplo e barato. O crédito passou a ser disponibilizado sem distinção de coloração partidária, o que contribuiu para a

superação da cizânia política que marcou o período castilhistaborgista. A extraordinária movimentação financeira do porto de Rio Grande e da Viação Férrea, agora administrados pelo governo, foi concentrada no novo banco estatal, assim como a folha de pagamento do funcionalismo público. Estas mudanças diminuíram o encaixe nos bancos privados regionais, ao mesmo tempo enfraquecendo estas instituições financeiras e libertando o Poder Público de uma dependência quase que estrutural às mesmas.

Inicialmente, a criação do Banco do Estado (Bergs) contara com apoio dos bancos regionais, pois os livrara do pesado ônus das obrigações com o crédito hipotecário, liberando-os para negociar preferencialmente operações de redescontos e aplicações ao curto prazo. Mas a concentração do orçamento público no banco estatal e a criação de agências comerciais indicaram que o Poder Público entrara no mercado financeiro na condição de competidor. Quando sobreveio a crise da bolsa de Nova Iorque de 1929, os correntistas tenderam a procurar as agências oficiais, que pareciam gozar de mais credibilidade, o que constituiu duro golpe sobre os bancos privados regionais. Em janeiro de 1930, as diretorias dos bancos privados estavam em pé de guerra com o Bergs. Em abril faliu o Banco Popular, desencadeando o célebre “drama bancário gaúcho”. De fato, as instituições bancárias regionais, apesar da estrutura multifiliada, preservavam um modelo gerencial local. Além disso, perseguindo a rentabilidade fácil, administravam um encaixe estreito e realizavam negócios que nem sempre contavam com boas garantias. Este quadro, aliado à criação do Bergs, fragilizou-as em face de um ataque especulativo. No ano seguinte, faliu o poderoso Banco Pelotense, cuja diretoria, aliás, ao realizar alguns anos antes uma auditoria em São Borja, descobrira um desfalque, que levara o gerente local – Antônio Sarmanho, o sogro de Getúlio Vargas – ao suicídio. Vargas, de fato, teria se negado a auxiliar o banco, intervindo na crise somente depois da decretação de falência.

Com o fechamento do Banco Pelotense foi definitivamente sepultada a aliança estratégica, que animara os anos do borgismo, entre a elite dirigente e os charqueadores, os comerciantes de importação urbano-litorâneos e os

banqueiros. Com efeito, as políticas fiscais de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros e as políticas para o setor de transportes tenderam a beneficiar os interesses coligados dessa fração da classe dominante, facilitando a consolidação de uma hegemonia mercantil das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande sobre a região fronteiriça e sobre a região de colonização ítalo-germânica. Politicamente minoritária em fins do Império, esta fração de classe dominante aliou-se ao projeto autoritário castilhista justamente por entender que um estado centralizado, fortemente presidencialista e interventor facilitaria a implantação do seu projeto de hegemonia mercantil sobre o conjunto do Estado. Constituem elementos dessa aliança estratégica, de um lado, o apoio ao autoritarismo castilhista, de outro, a política de combate ao contrabando de fronteira, o esforço de padronização dos impostos municipais, a adoção do imposto territorial, a convergência da rede de comunicações ferroviárias para Porto Alegre e Rio Grande, e, ainda, a distribuição de incentivos fiscais aos bancos e aos segmentos produtivos que contavam com investimento direto dessa fração de classe, tais como a lavoura arrozeira e a indústria de geração e distribuição de energia elétrica. Muito embora o discurso oficial do PRR tenha apontado em sentido diverso, esta aliança tinha cunho conservador e prejudicou os interesses dos comerciantes fronteiriços, colocou em segundo plano os interesses dos estancieiros, procurou submeter economicamente a zona de colonização ítalo-germânica – dela carreando recursos – e desprezou a industrialização incipiente que se desenvolvia como desdobramento do capital comercial colonial. A sobrevida do setor charqueador, dos comerciantes de importação das cidades litorâneas e dos banqueiros regionais deve-se em grande medida ao incentivo recebido do governo estadual, que em diversos momentos foi obstaculizador da diversificação da economia e do progresso econômico. Dois exemplos marcantes nesse sentido são a instalação tardia dos frigoríficos no Rio Grande do Sul, programada em 1903 mas tão somente efetivada em 1917, e o boicote à construção de uma usina hidrelétrica no vale do Jacuí, em 1919, que teria disponibilizado energia abundante e barata à industrialização, mas inviabilizaria as

concessões ativas nos grandes centros urbanos para as empresas geradoras de energia térmica.

Enfim, com a criação do banco estatal, Getúlio Vargas aprofundava a política intervencionista desencadeada por Borges de Medeiros, mas rompia com a aliança estratégica de frações de classe que dera sustentação ao modelo autoritário cunhado pelo castilhismo. A sua política de conciliação com a oposição libertadora reforçava este sentido, pavimentando o caminho para o surgimento da Frente Única, base da célebre Campanha Liberal e da Revolução de 1930.

Três outras medidas complementaram a renovação trazida pelo getulismo ao cenário político regional. Em primeiro lugar, Vargas demonstrou especial disposição em enfrentar os problemas infra-estruturais do Estado, buscando soluções para a deficiência dos serviços de transportes e energia elétrica. Em segundo lugar, uma reforma tributária encarou o déficit fiscal estribando-se na expansão dos impostos de circulação e serviço. Vargas reconhecia, dessa forma, as mudanças estruturais da economia e a importância crescente da indústria. Se a medida trouxe num primeiro momento o fechamento de pequenos negócios no interior, favoreceu a concentração do capital industrial e destacou-lhe a importância econômica até então desconsiderada, que em breve se traduziria em projeção política.

Finalmente, Vargas passou a incentivar o cooperativismo e o associativismo. Borges de Medeiros combatera duramente a tendência associativista, temendo a mobilização de focos de opinião e de pressão política na sociedade civil. De fato, os industriais tentavam sem sucesso organizar-se em uma associação autônoma desde 1906, sendo, contudo, obrigados a permanecer ao abrigo da Associação Comercial de Porto Alegre, dominada pela elite mercantil e financeira urbana. Outro exemplo: em 1921, Borges lograra frustrar a criação de uma federação das associações comerciais municipais, com alcance sobre todo o território estadual. A partir de 1926, todavia, já em pleno declínio da autoridade borgiana, desencadeou-se um *boom* associativista no Rio Grande do Sul, que foi apoiado e incentivado por Getúlio Vargas a partir de 1928.

Vargas, com efeito, identificava nas associações de classe importantes instrumentos para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, reconhecia a falência do modelo representativo castilhista, que esvaziava competências do Legislativo ao mesmo tempo em que forjava uma representação oligárquica em descompasso com as alterações da estrutura social. Vargas não deu mostras de valorizar o parlamentarismo, muito antes pelo contrário. Contudo, pretendeu, por meio das associações de classe, estabelecer um canal direto de comunicação com os setores economicamente mais dinâmicos da sociedade, compensando a clássica representação oligárquica da República Velha.

Portanto, se comparado com o conservadorismo atávico e autoritário do período borgista, o Governo Vargas no Rio Grande do Sul, apesar de interrompido prematuramente pelo deslocamento de Getúlio para a chefia do Governo Provisório da Nação em face da Revolução de 1930, operou importante renovação política e administrativa. Retirando o Rio Grande do Sul do isolacionismo, Vargas logrou contratar um vultoso empréstimo externo, com o qual equilibrou as finanças estaduais e removeu o entrave ao crescimento econômico representado pelo déficit estatal. Aprofundou a tendência intervencionista desencadeada por Borges de Medeiros, reconhecendo a necessidade de fortalecimento do poder infra-estrutural do estado como estratégia de controle do poder local e de implementação de projetos macro-econômicos. Mas usou o intervencionismo como meio de superação da cizânia política, enquanto Borges de Medeiros o usara para a consolidação do modelo autoritário e excludente. De fato, as encampações de 1919 e de 1920 visaram, sobretudo, a: remover o poder autônomo da grande companhia estrangeira que administrava os serviços públicos e cujos interesses não se alinhavam aos do governo; viabilizar a convergência das vias de comunicação para Porto Alegre e Rio Grande; e disponibilizar ao chefe do Poder Executivo com instrumento a mais para controlar o indomável poder local e fortalecer as facções políticas municipais identificadas com o Palácio. Ironicamente, Vargas usou a ferramenta intervencionista para implodir a decadente aliança de frações de classe dominante que até então ajudara a sustentar o borgismo. Procedendo desta forma, Vargas abriu o caminho para uma

repactuação da aliança de frações de classe em torno do governo, deslocando a influência da fração mercantil-financeira urbano-litorânea, reabilitando a proeminência dos interesses pecuaristas e incorporando a nascente burguesia industrial. Finalmente, ao incentivar a solução associativista, Vargas demonstrou seu descrédito para com o modelo representativo oligárquico e acenou para a necessidade de um outro canal de comunicação do governo para com os setores economicamente mais dinâmicos da sociedade. O sucesso dessas iniciativas certamente influenciou o prestígio da candidatura de Vargas no âmbito da Aliança Liberal, nas eleições de 1930.

Obrigado.

Bibliografia

- AITA, Carmen & AXT, Gunter. *Perfil Parlamentar de João Neves da Fontoura*. Série Perfis Parlamentares, vol 1. Porto Alegre : ALRS/Corag, 1997.
- _____. *Perfil Parlamentar de Getúlio Vargas. Discursos 1903-1929*. Série Perfis Parlamentares, vol. 2. Porto Alegre : ALRS/Corag, 1997.
- _____. *Perfil Parlamentar de José Antônio Flores da Cunha. Discursos, 1909-1930*. Série Perfis Parlamentares, vol. 3. Porto Alegre : ALRS/Corag, 1998.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1981.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Rio de Janeiro : Editora Globo, 1985.
- AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo : tese de doutorado, USP, dat., 2001.
- _____. O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Revista da Ajuris*, nº 82. Porto Alegre : Ajuris, 2001.
- _____. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. In: *História em Revista*, vol. 8. Pelotas : Ed. UFPel, dezembro 2002, pág. 69-110.
- _____. O Governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930). E o setor financeiro regional. In.: *Estudos Históricos*, nº 29. Rio de Janeiro : CPDOC/FGV, 2002, pág. 119-140.
- BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. *Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. Pittsburgh : University of Pittsburgh, Ph.D, 1985.

- CONGRESSO do Partido Republicano Rio-grandense. Porto Alegre : Oficinas Gráficas d'A Federação, 1923.
- FLORES da CUNHA, José Antônio. *A Campanha de 1923*. Rio de Janeiro : Editor Zelio Valverde, 1943.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias. Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre : Editora do Globo, 2 vols., 1969.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre : Ed. UFRGS, 1988
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1981.
- LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1985.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1975.
- MANN, Michael. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. In: *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge : Cambridge University Press, 1984.
- O ESTADO do Rio Grande do Sul. Barcelona : Monte Domeq e Cia, 1916.
- OLIVEIRA, Alcibiades. *Um drama bancário: esplendor e queda do Banco Pelotense*. Porto Alegre : Livraria do Globo, 1936.
- PESAVENTO, Sandra J. *Os industriais da República*. Porto Alegre : IEL, 1991.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora Globo, 2 vols., 1969.